

PAMPA GAÚCHO - O NEOEXTRATIVISMO COMO IMPULSOR DAS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM E AS ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO DO TERRITÓRIO: o caso do município de Santana do Livramento/RS

Franciele da Silva¹
Alice Poche Gabriel²
Eliane Maria Foletto³

Resumo

O neoextrativismo, segundo Gudynas (2011), se fundamenta de práticas nas quais o Estado desempenha papéis mais ativos e que, em vários casos, alimentam programas de luta contra a pobreza, mas que por outro lado continuam adotando modelos de grande impacto social e ambiental que, novamente, acabam remetendo à dependência dos circuitos econômicos globais. “Essa postura mais nacionalista se preocupa principalmente com maior acesso e controle por parte do Estado sobre os recursos naturais e os benefícios que sua extração produz” (ACOSTA, 2013, p. 101). Desse modo, o trabalho possui como objetivo analisar as transformações na paisagem do Pampa Gaúcho, mais especificamente no município de Santana do Livramento, sob a perspectiva da inserção, cada vez mais intensa, do neoextrativismo. Foram analisadas a inserção da soja e da silvicultura, atividades que protagonizam a conversão do Pampa gaúcho.

Palavras-chave: Palavra-chave 1, Palavra-chave 2, Palavra-chave 3. (Times 12)

Introdução

O modelo de espoliação do atual regime de expansão capitalista não é novo para os países da América Latina. O extrativismo é uma modalidade de acumulação que começou a formar-se massivamente há mais de 500 anos (ACOSTA, 2013; MANRIQUE, 2015). Nesta etapa, iniciou-se uma fase de apropriação do trabalho e dos bens comuns naturais e minerais para incentivar as economias centrais, pautado na exploração direta de recursos naturais, com baixa tecnologia e valor agregado (MANRIQUE, 2015).

Como expõe Acosta (2013), nesse período, umas regiões foram especializadas na extração e produção de matérias primas, principalmente de bens primários, enquanto que outras assumiram o papel de produtoras de manufaturas. As primeiras exportam natureza, as segundas as importam.

¹ Universidade Federal de Santa Maria – francieli17@gmail.com

² Universidade Federal de Santa Maria – alicepoche@gmail.com

³ Universidade Federal de Santa Maria – efoletto@gmail.com

Esta atividade alimentou as correntes exportadoras, desempenhou um papel chave nas economias nacionais, mas foi também o centro de grandes polêmicas decorrentes dos seus impactos econômicos, sociais e ambientais (GUDYNAS, 2011).

Acosta (2013) trata o extrativismo como atividades que removem grandes volumes de recursos naturais que não são processados (ou que são limitadamente), sobretudo para a exportação. O extrativismo não se limita aos minerais ou ao petróleo. Existe também extrativismo agrário, florestal, pesqueiro.

Na prática, o extrativismo tem sido um mecanismo de saques e apropriação colonial e neocolonial. Este extrativismo, que assumiu diversas roupagens ao longo do tempo, tem forjado a exploração de matérias-primas indispensáveis para o desenvolvimento industrial e o bem-estar do norte global (ACOSTA, 2013).

Gudynas (2012) lembra que o extrativismo convencional, e em particular aquele dos anos 80 e 90, sob o viés governista conservador, se caracterizava pelo limitado papel do Estado, transferindo a execução dos empreendimentos para o mercado, o que levou a uma forte transnacionalização.

Apesar dos debates e da crescente evidência de sua limitada contribuição para um genuíno desenvolvimento nacional, o extrativismo goza de boa saúde, inclusive nos chamados governos progressistas, ou da nova esquerda. De fato, muitos deles são ativos promovedores do extrativismo, tendo-o inclusive intensificado. Entretanto, suas estratégias extrativistas não são idênticas às do passado; logo, é preciso falar-se de um “neoextrativismo progressista” (GUDYNAS 2012).

O neoextrativismo, segundo Gudynas (2011), se fundamenta de práticas nas quais o Estado desempenha papéis mais ativos e que, em vários casos, alimentam programas de luta contra a pobreza⁴, principalmente pautado nos governos de posição esquerdista, mas que por outro lado continuam adotando modelos de grande impacto social e ambiental que, novamente, acabam remetendo à dependência dos circuitos econômicos globais. “Essa postura mais nacionalista se preocupa principalmente com maior acesso e controle por parte do Estado sobre os recursos naturais e os benefícios que sua extração produz” (ACOSTA, 2013, p. 101).

⁴ Para Acosta (2013), o Estado capta - ou tenta captar, uma proporção do excedente gerado pelos setores extrativos para financiar importantes e massivos programas sociais, fazendo com que o extrativismo atue como indispensável no combater à pobreza e promoção do desenvolvimento.

No neoextrativismo, o Estado é muito mais ativo, com regras mais claras (que estas sejam boas ou não) e não está necessariamente orientado a servir aos “amigos” do poder político. Em alguns casos, os novos governos renegociaram os contratos, elevaram os *royalties* e a tributação, e potencializaram o papel das empresas estatais (GUDYNAS, 2012).

Todavia, nas palavras de Gudynas (2012), esse neoextrativismo de cunho progressista tem suas contradições, tais como uma maior presença estatal, à custa de manter os impactos sociais e ambientais. Os governos progressistas substituíram aquele discurso por outro que está voltado para a “globalização” e a “competitividade”.

O neoextrativismo é parte de uma versão contemporânea do desenvolvimento próprio da América do Sul, onde se mantém o mito do progresso e desenvolvimento à custa de uma nova hibridação cultural e política (GUDYNAS 2010). Manrique (2015) complementa que os países da América Latina em específico, e os do sul global em geral, são os focos de interesse para o grande capital internacional, nos quais se têm apresentado a expansão e consolidação do modelo de acumulação capitalista a partir da espoliação dos bens comuns naturais.

Essa afirmação remete a tese enunciada pelos presidentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da *Corporación Andina de Fomento* (CAF) a respeito da atual condição dos países latino-americanos no contexto da globalização econômico-financeira:

“a vantagem comparativa atual dos países latino-americanos no quadro mundial é sua dotação de recursos naturais. Por um lado, os países asiáticos se têm convertido na grande fábrica mundial de manufaturas de consumo massivo. Por outro, Estados Unidos e a Europa se consolidam como provedores de manufaturas especializadas, tecnologia e serviços. África e América Latina têm sido relegadas ao papel de provedores de matérias primas. No entanto, este papel de provedores de bens de menor valor agregado tem hoje em dia uma conotação de fortaleza, dado a escassez relativa de matérias primas. Ásia, Europa e Estados Unidos carecem dos recursos naturais para alimentar o vigoroso crescimento de suas economias, o que tem impulsionado os preços das matérias primas de forma sustentável para níveis nunca antes observados ao largo da última década”. Castilla *et al.* (2008, *apud* VERDUM, 2009, p. 2)

Como observado na fala dos presidentes, ao que parece a América Latina continuará sendo um território estratégico para a economia política mundial, independente dos passivos deixados. Prova disso reside na Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que serve nada mais nada menos do que a provedora das condições materiais gerais de produção (entenda-se infraestrutura) para potencializar um dos “modelos de desenvolvimento” que tem caracterizado a trajetória histórica da região na economia mundial

– a de extrativista/exportadora, ampliando a escala das exportações dos países com um mínimo de agregação de valor (VERDUM, 2009).

Assim, a América Latina se constitui em um dos principais espaços onde este processo acontece. Com uma grande disponibilidade de bens comuns naturais como terra, reservas da água e florestas, recursos minerais e hidrocarbonetos, os países da região têm se convertido em foco de investimento do capital internacional nos últimos anos. Podendo-se resumir as principais formas deste processo em: i) modelo orientado à produção de *agro-commodities*; ii) exploração mineira; iii) projetos hidro energéticos; iv) expropriação dos territórios para construção de infraestrutura; v) projetos imobiliários; vi) turismo e *resorts*; e, vii) acumulação de terras. Uma característica deste processo é a participação do capital estrangeiro nos investimentos, o que produz uma dinâmica de estrangeirização da terra (MANRIQUE, 2015).

Este modelo tem gerado consequências diretas sobre sistemas de produção de base familiar e os modos de vida da população que habitam as áreas rurais. Desse modo, assiste-se ao desmantelamento dos sistemas tradicionais de produção e fornecedores de alimentos, em troca de produtos que se destinam apenas a grandes indústrias e aos mercados internacionais. Observa-se, ainda, a desterritorialização camponesa, que não inclusa no sistema vê-se obrigada a mudar seus modos de vida tradicionais, além das mudanças no uso da terra, antes tradicionalmente orientados à produção agrícola, destinada aos mercados locais e regionais. Toda esta questão ainda tem sido facilitada por políticas governamentais, como expõe Manrique (2015), sob o pretexto de que tais projetos são fundamentais para alcançarem os níveis de desenvolvimento e prosperidade que as sociedades latino-americanas desejam.

Em Santana do Livramento, município localizado na região da Campanha, oeste do Rio Grande do Sul (Figura 01), a pecuária tradicional, principal atividade econômica da região, e a agricultura familiar, vêm perdendo espaço para as práticas neoextrativistas, acarretando na conversão dos tradicionais campos do sul do Brasil.

Dentre as principais atividades inseridas no município destacam-se a produção de soja e o plantio de espécies exóticas destinadas à produção de celulose, como o eucalipto, o pinus, e a acácia.

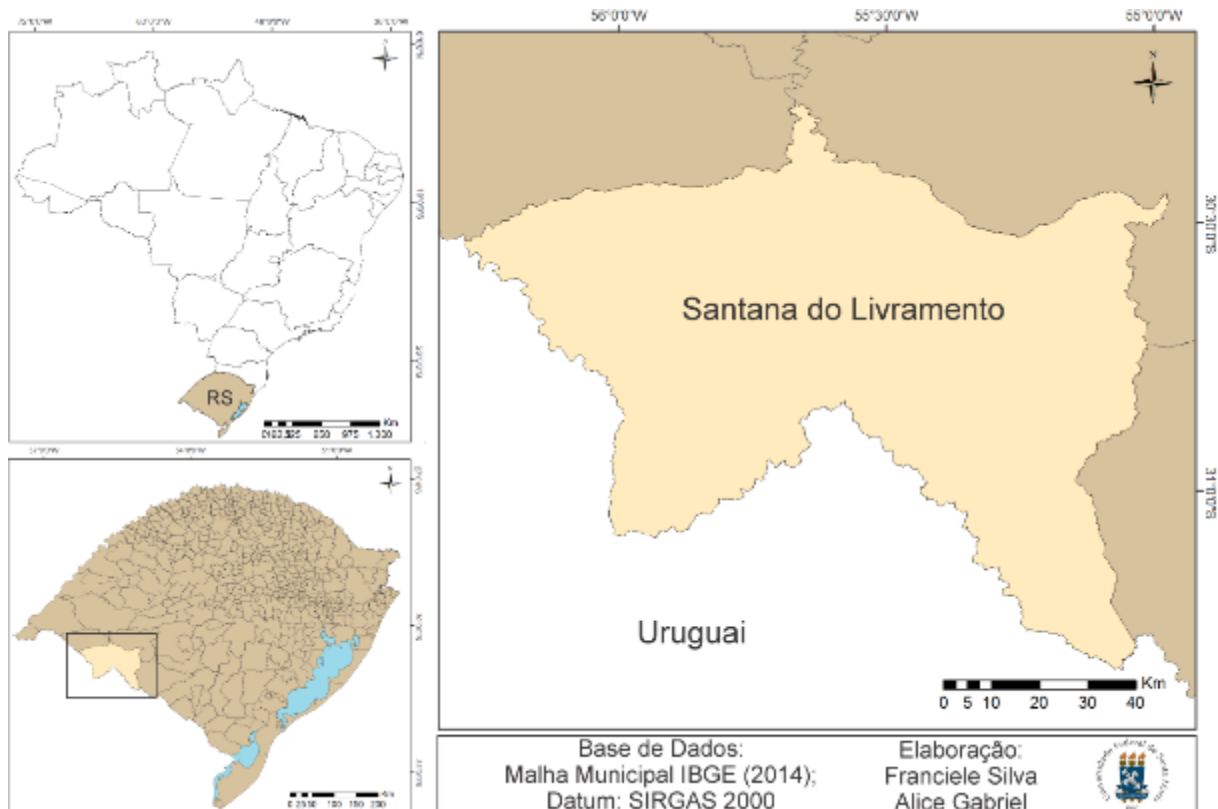


Figura 01: Mapa de localização do município de Santana do Livramento/RS.

Perante o contexto apresentado, o trabalho possui como objetivo analisar as transformações na paisagem do Pampa Gaúcho, mais especificamente no município de Santana do Livramento, sob a perspectiva da inserção, cada vez mais intensa, do neoextrativismo. Para tanto, utilizou-se da abordagem qualitativa, considerando sua diversidade e flexibilidade. Como expõem Minayo e Sanches (1993) a abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, ela se volve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

Das estâncias pecuaristas a exploração neoextrativista: a conversão do Pampa e a reconfiguração da sua paisagem

As paisagens do Pampa, distribuídas ao longo do Cone Sul, compartilhadas entre Brasil, Argentina e Uruguai guardam a marca de uma natureza que se fez paisagem através da ação da atividade humana, sobretudo, a partir de 1634, com a inserção, pelos jesuítas, do gado nas áreas de campo (POSSAMAI, 2006). Desse modo, o homem retrata uma estratégia

adaptativa ao próprio modo de vida do campo, imposto pela pecuária em extensas áreas despovoadas. Campo esse que é fruto, principalmente, da inserção do gado, que de certa forma altera as estruturas da vegetação ali existentes através de seus hábitos alimentares.

Para além dessa paisagem, que é o lugar de vida, de trabalho e de visão dos homens e das mulheres que ali habitam, há uma relação intrínseca entre essa paisagem e o território⁵, na medida em que a paisagem torna-se o resultado da configuração territorial num dado momento. A paisagem expressa o estágio técnico, o desenvolvimento econômico e social, a interação com a natureza, enfim, as escolhas dos grupos sociais responsáveis pela organização do território. E, através dela que se podem observar as (des)continuidades, as transformações nas formas e nas simbologias do território. Nesse caso, a paisagem também é multidimensional, pois é construída pelos homens, que se reterritorializam econômica, cultural e politicamente. O território é, então, a apropriação do espaço por um determinado grupo, enquanto que a paisagem é o resultado visual desta apropriação (Figura 02).



Figura 02: O Pampa possui uma base territorial e a paisagem é, de uma maneira geral, a representação visual desse território, como pode ser observado nas imagens. Nesse sentido o conceito de paisagem se faz na relação com o conceito de território, já que ambos estão relacionados e constituem um dos elementos da formação da identidade do gaúcho.

⁵ O entendimento de território é considerado a partir das palavras de Raffestin (1980, p. 143) “Território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o espaço é a “prisão original”, enquanto que “o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

É impossível pensar no Pampa sem que imediatamente venha à mente a figura do gaúcho, o habitante natural da região, completamente integrado ao seu meio e hoje conhecido muito além das fronteiras do Rio Grande do Sul. Tão importante quanto à diversidade biológica dessa região é a diversidade sociocultural, pois abriga profundas *“raíces culturales, reunidas en la figura del “gaucho” (hombre ligado a la tradicional actividad ganadera de las pampas)”Alianza del Pastizales.*

O Pampa é o lugar onde se enxerga longe. É essa a característica do gaúcho, um povo que enxerga longe através da infinita horizontalidade do Pampa. Abordando a situação das alterações estruturais que o Pampa vem sofrendo, pode-se observar que o elemento humano gaúcho, vem historicamente sofrendo mudanças econômicas, o que, porém não lhe tirou sua marca maior que é a de *ver a paisagem olhando para longe... Sem fronteiras.* Sempre foi sua marca maior uma sensação de liberdade, de ligação do homem com a natureza.

Para Schwanz, (2010) a figura do imaginário do gaúcho esta radicalmente vinculada ao campo a se perder de vista. Esta é sua vinculação com o passado e que lhe dá a sensação de liberdade que se vive (ou vivia) no Pampa. Através de sua pesquisa, a autora percebeu que a imensidão do horizonte, mesmo que as propriedades tivessem cercas, dava ao gaúcho do Pampa a sensação de liberdade e remetia à liberdade de outrora. Mesmo que não tenham vivenciado a liberdade dos campos sem a presença da cerca ou da porteira, ainda restava a imensidão do horizonte que lhes dava essa impressão.

Além disso, a silvicultura, enquanto espécie arbórea tem como uma das suas principais características a de não favorecer o crescimento de sub-bosque, considerando a resina presente nas folhas, principalmente dos eucaliptos, sobretudo nessa região de cobertura herbácea. Desse modo, têm-se alguns milhares de hectares com vegetação herbácea extinta, pela atividade como uma monocultura para fins industriais.

Desse modo, se considerar que o homem faz parte do ambiente e nele interage social e culturalmente e se igualmente considerar que a cultura do gaúcho possui uma base territorial e uma forte relação com a paisagem do Pampa, há que se pensar nos possíveis impactos das monoculturas sobre a cultura do gaúcho. Não serão somente os campos que se transformarão em vastas áreas de espécies exóticas ou extensas áreas de soja, há toda uma biodiversidade e uma sociodiversidade ameaçada.

Deixando, desse modo, um passivo ambiental, uma degradação social e cultural expressiva, tendo em vista que as consequências básicas dessa conversão estão ligadas a concentração fundiária, a conflitos socioambientais, a uma perda de soberania alimentar, a

vulnerabilidade econômica desses territórios, a fragilidade política, e por fim uma erosão cultural profunda de perdas de saberes, de perda de história, porque o capital não tem memória, tem acumulação momentânea.

Ao concluir essa etapa do trabalho fica clara a necessidade de pensar novos processos e métodos de conservação que envolva a complexidade das paisagens, as comunidades, seus saberes, suas histórias e sua cultura, sobretudo no contexto apresentado, construindo uma proposta que tenha por base a valorização cultural e o desenvolvimento local, indo na direção oposta ao cenário de conversão encontrado atualmente. Nas palavras de Figueiró (2012) se for considerado que a manutenção dos processos ecológicos representa a base sobre a qual devem se desenvolver todos os processos produtivos, é urgente que se reforce uma concepção de desenvolvimento que assegure a integridade e a sobrevivência da natureza, e não o contrário.

Assim, o processo de conservação dos ecossistemas passa a ser pensado a partir da necessidade de se manter a renovabilidade dos recursos e de garantir a equidade na distribuição social dos potenciais da natureza, compatibilizando-os com os valores culturais e os estilos de vida mais sustentáveis das comunidades. Diante deste quadro, o processo de conservação assume uma complexidade própria, onde a biodiversidade abre espaço para um processo mais amplo de garantia da integridade da diversidade geo-bio-sociocultural. Esse é, efetivamente, o grande potencial capaz de manter a sustentabilidade dos territórios em longo prazo, redefinindo as relações das pessoas com os seus locais de vida, dos mercados com a sua base de sustentação biofísica e com a complexidade dos processos socioambientais de uma paisagem-território (FIGUEIRÓ, 2012).

A reconfiguração da paisagem do Pampa em Santana do Livramento/RS

Nas últimas décadas, cerca de metade da superfície originalmente coberta com os Campos no estado do Rio Grande do Sul foi transformada em outros tipos de cobertura vegetal, sobretudo, a soja (Figura 03). Esse processo aconteceu sem que limites tenham sido efetivamente estabelecidos e aplicados.

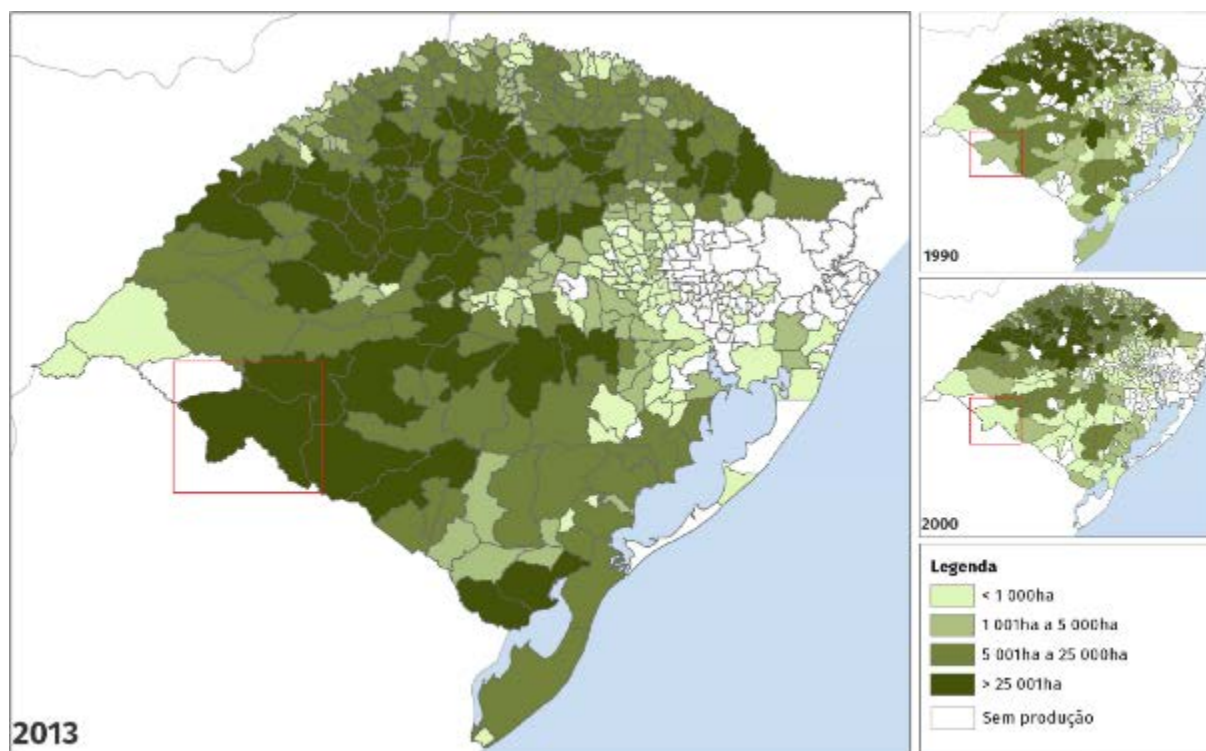


Figura 03: Evolução do cultivo da soja no Rio Grande do Sul de 1990 a 2013. A soja representa o produto agrícola que mais cresce em área plantada no RS nos últimos cinco anos, e esse crescimento tem se dado especialmente em direção ao Pampa. Na imagem destaca-se o município de Santana do Livramento.

Fonte: IBGE (2014).

No sudoeste e campanha do Rio Grande do Sul a soja despontou, efetivamente, a partir de 1973, quando sua área cultivada mais que triplicou na região, destacando-se os municípios produtores de São Gabriel, Rosário do Sul e Santana do Livramento, locais onde a pecuária extensiva se constituía na principal atividade (CONCEIÇÃO, 1986).

A entrada da soja em regiões de pecuária extensiva poderia ter provocado uma redução na área total de pastagem, sem necessariamente conduzir a uma redução do rebanho efetivo, uma vez que a abundante disponibilidade do fator terra, na medida em que induzia o gado a um confinamento relativamente maior, liberava, ao cultivo da soja, áreas que anteriormente eram destinadas à pastagem ou eram simplesmente improdutivas. (CONCEIÇÃO, 1986). Na maior parte das vezes esse processo se dava pelo arrendamento das terras, o que era interessante para os proprietários, pois agregaria renda e tornaria produtiva parte da sua área que era quase improdutiva.

Bilenca *et al.* (2009) citam que a introdução do cultivo da soja na região pampeana data da década de 1970, todavia seu principal impulso foi a partir de 1996, com o lançamento

ao mercado de variedades de soja transgênica resistente ao herbicida glifosato e sua excelente associação com a semeadura direta.

Sob essa perspectiva é possível considerar que o uso intensivo de agrotóxicos para o cultivo da soja prejudique, sobretudo um ecossistema que mantinha de forma sustentável a relação homem e meio natural. O Pampa está assentado sobre o Aquífero Guarani, além de possuir bacias hidrográficas importantes para essa região do Estado, desse modo, o monocultivo ameaça o bem hídrico, além dos solos e todos os subsistemas ligados a essa ambiente.



Figura 04: Produção de soja em Santana do Livramento

Ao encontro dos problemas intrínsecos no monocultivo da soja no Pampa estão a inserção de espécies exóticas para a produção de celulose. No início dos anos 2000, novos interesses econômicos colocaram o Pampa gaúcho em evidência, quando empresas multinacionais de celulose, apoiadas pelo Governo Estadual, decidiram implantar áreas de florestamento na região (CHELOTTI e PESSÔA, 2008). Em 2004, o governo do Estado do Rio Grande do Sul criou o Programa de Financiamento Florestal Gaúcho *Proflora* – Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas, com o apoio do Banco Nacional do Desenvolvimento Social – BNDES. A criação deste programa teve como objetivo conceder financiamento para o plantio de monocultura de acácia negra, *pinus* e eucaliptos no Estado, com o intuito de gerar renda e emprego em regiões menos desenvolvidas (BINKOWSKI, 2014).

O projeto sofreu severas críticas desde o seu anúncio, principalmente pelos órgãos de defesa do meio ambiente. Um dos principais motivos das críticas foi de que as empresas adquiriram as propriedades e começaram o plantio mesmo sem uma licença prévia de instalação e sem a realização do zoneamento para a atividade - previsto tanto na Legislação Federal (Resolução CONAMA 237/97), quanto no Código Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (Lei 11.520/2000).

Entre as empresas estavam a Votorantim Celulose e Papel e a Stora-Enso, estreates no cenário gaúcho, e a Aracruz Celulose S.A., já instalada no município de Guaíba, que a partir da nova política florestal do governo do Estado, viu a possibilidade de expandir ainda mais sua produção.

Hoje, o incentivo à produção da silvicultura no Rio Grande do Sul permanece de forma intensa, principalmente, após a aprovação do Projeto de Lei nº 145 de 29 de novembro de 2016, que altera a política agrícola estadual para a atividade, ampliando a possibilidade de plantio de lavouras de silvicultura e transferindo a fiscalização dessa atividade da Secretaria do Meio Ambiente para a pasta da Agricultura. O então Projeto, que agora figura como lei, desconsidera o zoneamento da silvicultura proposto para o estado em 2009, aumentando, assim, as ameaças à biodiversidade, principalmente, para a área do Pampa gaúcho.

O discurso da ocupação, e contrário ao zoneamento, por sua vez ancora-se no fato da região se caracterizar pela presença de grandes e médias propriedades, baixa população rural, infraestrutura em geral baixa, produtividade da terra média (embora em alguns setores seja alta), renda baixa. Entretanto, o modelo silvicultor não possibilita grandes mudanças econômicas à população, que continuará com seu trabalho, temporário e baixa remuneração, como revelam os conflitos com essas mesmas empresas em outras regiões do país (SUERTEGARAY e PIRES DA SILVA, 2009).

Atualmente, os municípios que creditaram à silvicultura a esperança do desenvolvimento econômico já contabilizam os prejuízos. Áreas que antes se encontravam destinadas a agricultura e pecuária, que geravam emprego e renda aos municípios, agora, em alguns casos, se passado 10 anos, a atividade da silvicultura não conseguem cumprir com seu discurso de implantação.



Figura 05: Atividade silvícola em Santana do Livramento.

Parecem soldados em fila os pinheiros e eucaliptos de exportação, que marcham rumo ao mercado internacional.

Fast food, fast wood:

Os bosques artificiais crescem num instante e vendem-se num piscar de olhos.

Fontes de divisas, exemplos de desenvolvimento, símbolos de progresso,

esses criadouros de madeira ressecam a terra e arruinam os solos.
Neles, os pássaros não cantam.
As pessoas os chamam de bosques do silêncio.
Eduardo Galeano

Cabe destacar aqui, que a partir da década de 1990 o município de Santana do Livramento passou a vivenciar um processo intenso de transformação da base socioeconômica e produtiva com a constituição dos assentamentos rurais da reforma agrária. Assim, os assentamentos rurais representam um fato novo e importante na história recente de Santana do Livramento, onde a paisagem agrária, antes dominada pelas grandes propriedades, passou a ceder espaço a propriedades de origem familiar oriundas de outras regiões do estado.

Todavia, como expõe Carrion *et. al* (2016) os agricultores assentados estão expostos a diversas situações de vulnerabilidade social, econômica e ambiental. As primeiras instalações foram provisórias, onde o estabelecimento da moradia se deu em barracos de lona, ou mesmo na sede da antiga fazenda, que abrigava diversas famílias no mesmo espaço.

Atualmente, as condições de vida revelam situações preocupantes de vulnerabilidade para a realidade de grupos familiares, sendo que diversas famílias apresentam casas inacabadas, sem saneamento, acesso deficitário a saneamento e à água para consumo humano e dos animais, desprovimento de benfeitorias, máquinas e equipamentos agrícolas. Como efeito cascata dessa situação, verificam-se consequências diretas sobre a baixa autoestima das famílias, além de limitações impostas à produção de alimentos devido a restrições de acesso a água para os animais ou para irrigação dos cultivos. Por outro lado, no âmbito das relações de produção, os agricultores familiares estão sendo submetidos a um processo crescente de especialização ligado à gramática dos mercados globais e setores agroindústrias da produção de *commodities* agrícolas, especialmente o monocultivo da soja. Esse modelo de especialização produtiva tem provocado mudanças profundas de ordem técnica, socioeconômica e ambiental, conduzindo a um aumento da fragilização das famílias (CARRION *et.al*, 2016)

Em síntese, conforme destacado por Medeiros (2002), a criação de assentamentos rurais na porção sul do estado resulta em um novo desenho do território, rompendo com a hegemonia de uma área historicamente dominada por latifúndios de pecuária de corte. Com isso a readaptação a um novo espaço, até então desconhecido, em que o cultivo e as técnicas que herdaram de seus antepassados e que desenvolviam necessitam ser repensadas e ajustadas.

Considerações Finais

Perante a riqueza de diversidades intrínseca aos campos do Pampa, as formas de produção sustentável praticadas necessitam de ampla divulgação. Com manejo adequado, o uso pecuário pode ser altamente produtivo e manter a integridade dos ecossistemas campestres e demais serviços ambientais. Como cita Bilenca *et al.*, (2009), se aceitarmos que vastas áreas originalmente naturais do Pampa já foram transformadas em *sistemas domesticados*, devemos, então, discutir acerca de opções que contamos hoje, de tal modo que as transformações das paisagens e ecossistemas resultem em bem-estar humano e no equilíbrio com o seu meio.

O potencial de espécies de plantas, em sua maioria herbácea, faz do Pampa um patrimônio genético notável. As plantas nativas com valor forrageiro permitem o desenvolvimento de uma pecuária ecológica, baseada na conservação do campo nativo, ao contrário de outros sistemas baseados na produção com espécies forrageiras exóticas e dependentes de insumos. Desse modo, quando bem manejados, os campos podem ser conservados e assegurarem o desenvolvimento econômico e a competitividade frente a outras alternativas.

Cabe destacar ainda outras formas de aproveitamento econômico sustentável do Pampa, as quais podem ser apontadas como alternativas para o seu desenvolvimento econômico, como o turismo rural e ecológico, a utilização de espécies ornamentais e medicinais, o artesanato em lã de ovelha, a riqueza presente nos butiazais. São formas de valorizar a cultura local, os saberes tradicionais, promover o desenvolvimento sustentável sem esgotar os recursos naturais presentes no Pampa. Esta riqueza e condição singular representa uma grande oportunidade para o desenvolvimento sustentável do território, mas que, infelizmente, não tem sido devidamente reconhecida e valorizada.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: LANG, M.; MOKRANI, D. (Orgs.) **Más alla del desarrollo**. Ciudad de México: Ediciones Abya Yala, 2012. p. 83-120.

Achkar, M.; Domínguez, A. y Pesce, F. "Principales transformaciones territoriales en el Uruguay rural contemporáneo". **Pampa**. Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales, año 2, n° 2, Santa Fe, Argentina, UNL (pp. 219-242). 2006

BILENCA, D.; MIÑARRO, F. Identificación de Áreas Valiosas de Pastizal em las Pampas y Campos de Argentina, Uruguay e sur de Brasil. Fundación Vida Silvestre Argentina. Buenos Aires, 2004

CARRIÓN, J. C. et. al. Vulnerabilidade e diversificação dos meios de vida nos assentamentos rurais em Santana do Livramento-RS. Anais...XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Pelotas, 2016.

SCHWANZ, A. K. Florestamento – desenraizamento: a transformação da paisagem nos pampas e a identidade do gaúcho. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá – PR 2010.

MANRIQUE, L. F. R. (Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios. **Revista NERA** – ANO 18, Nº. 28. 2015.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

GUDYNAS, E. El nuevo extractivismo progresista en America del Sur. Tesis sobre un viejo problema bajo nuevas expresiones. In: ACOSTA, E. *et al.* **Colonialismos del siglo XXI. Negocios extractivos y defensa del territorio en América.** Barcelona: Icaria, 2011. p. 75-92.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E.P. (Eds.) **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 303-318.